

Indicadores Municipais de Arrecadação III: Desempenho Tributário segundo a Capacidade Contributiva, Comparabilidade e Resultados

Para conhecer o desempenho do município em termos de arrecadação tributária, é preciso dividir o valor das receitas tributárias próprias *per capita* pelo valor encontrado da Capacidade Contributiva Atualizada. Para conhecer o desempenho de cada item da receita tributária própria, utiliza-se o mesmo procedimento para cada item da receita: IPTU, ITBI, ISS, Taxas e Contribuição de Melhoria, etc. É fundamental elaborar indicadores importantes que expressem o esforço tributário municipal, dentre os quais: desempenho tributário global, desempenho do IPTU, receita tributária *per capita* e o IPTU *per capita*, por exemplo.

Vista a disparidade sócio-econômica regional, é preciso criar parâmetros para comparar municípios. A partir de uma análise inicial para mais de 4.500 municípios de todo País, disponíveis na BIM - Base de Informações Municipais, os municípios podem ser divididos em grupos populacionais. A partir daí podem ser feitas as médias de cada uma das Receitas para cada grupo, que são, portanto, o padrão de referência para os municípios participantes dos referidos grupos.

Antes de qualquer comparação, deve-se observar quantos municípios brasileiros, incluindo as capitais, possuem mais de 200 mil habitantes, e verificar qual seria este percentual dentre os municípios do país.

Sobre a receita municipal, deve-se constatar, para esse padrão de municípios, qual a receita total média em R\$ *per capita*, bem como a receita tributária média em R\$ *per capita*, e quanto repre-

senta, em média, em % da receita total municipal. Apesar da alta dependência das transferências constitucionais, pode-se observar que há uma relação inversa entre o tamanho do município e a dependência de transferências constitucionais, ou seja, quanto maior o município, menor é sua dependência com relação às referidas transferências. Também deve-se observar qual a média do Desempenho Tributário Global para essa parcela de municípios, e qual o seu índice, comparando-o com a referência para o desempenho global, ou seja, verificar se há um hiato grande e, portanto, um grande potencial para melhorar o desempenho tributário desses municípios. Pode-se fazer esta análise por tributo, verificando em quais pode-se avançar e conseguir uma maior arrecadação, dentro da capacidade contributiva existente.

O Indicador de Capacidade Contributiva Municipal permite avaliar melhor algumas propostas municipais com relação à melhoria da arrecadação tributária local e podemos analisar alguns resultados de municípios que utilizaram esse tipo de aplicação. Vitória da Conquista, por exemplo, apresentou um aumento significativo de sua receita e mereceu o reconhecimento público por suas ações nas áreas tributária e administrativa, aumentando a eficiência da máquina arrecadatória, racionalizando gastos do governo, publicizando as decisões relativas a alocação de recursos, e sobretudo, quebrando uma espécie de "inércia de arrecadação" e rompendo uma cultura de não pagamento de tributos. Apesar disso, adotando como parâmetro, o Índice de Capacidade Contributiva Municipal, percebe-se que o aumento da receita municipal em Vitória da Conquista foi relativamente baixo, quando comparado com outros municípios de seu porte e tendo em vista a capacidade de contribuição de sua população.

Deste modo, portanto, o Índice de Capacidade Contributiva Municipal se diferencia dos demais. Quando se compara o desempenho de arrecadação com períodos anteriores em um mesmo município, percebe-se muitas vezes um aumento brutal de arrecadação. Deste modo, esquece-se que o aumento marginal da arrecadação é decrescente, exigindo mais esforço quanto

mais alto for o patamar arrecadatário. Desse modo, deve-se relativizar o esforço de arrecadação de um município que, hipoteticamente, aumenta sua arrecadação própria passando de R\$ 100 *per capita* para R\$ 150 *per capita* (aumento de 50%), quando a capacidade de contribuição de sua população poderia elevar esse montante para R\$ 200 *per capita*. Do mesmo modo, deve-se prestigiar o aumento de arrecadação de um município, também hipotético, que passa de R\$ 150 para R\$ 180 (apenas 20%), quando a capacidade de arrecadação de sua população também é de R\$ 200 e a arrecadação média dos municípios de seu porte é de R\$ 150.

Há casos, por exemplo, que na mudança de gestão administrativa, o município diminui sua arrecadação em 50% e, depois, com uma elevação de 100% da arrecadação, volta ao patamar anterior. É um esforço para chegar onde já se estava. Nestes casos, não se trata necessariamente de uma potencialização da arrecadação municipal.

Ainda assim, voltando para um caso concreto, apesar de Vitória da Conquista estar abaixo de seu potencial de arrecadação, o traço mais importante da política implementada neste município foi, sem dúvida, desenvolver uma política tributária ativa que busca romper uma tradição de não contribuição tributária que mantém e reforça as relações clientelistas nos âmbitos local e estadual.

Por fim, a utilização de Indicadores Municipais de Arrecadação não só é indicada, mas de fundamental importância para os Municípios que pretendem acompanhar, comparar para dentro e para fora de seus limites territoriais, e principalmente, estar arrecadando nos limites da capacidade contributiva de seus contribuintes para poder oferecer o máximo em serviços a seus munícipes.